

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer ao Projeto de Lei nº 009/2024

Chapada da Natividade/TO, 11 de dezembro de 2024.

DO RELATÓRIO

Fora encaminhado para esta Comissão Permanente Projeto de Lei nº 009/2024 de inciativa do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre As Diretrizes Gerais para elaboração da Lei Orçamentaria de 2025 e dá outras providências.

DA ANÁLISE

O Projeto de Lei nº 009/2024 está de acordo com a ordem constitucional, formal e material, obedecendo a todos os requisitos legais, regimentais e constitucionais exigidos para a tramitação de proposição de sua natureza.

DAS EMENDAS

Após debates, a comissão apresenta emenda para que conste assim o art. 6°:

Art. 6º - A lei Orçamentária Anual autorizará o poder Executivo, nos termos do artigo 7°, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir Créditos Adicionais, de natureza suplementar, até o limite de 60% (sessenta por cento) do total da despesa fixada na própria Lei, utilizando, como recursos, a anulação de dotações do próprio orçamento, bem assim excesso de arrecadação do



exercício, realizado e projetado, como também o superávit financeiro, se houver, do exercício anterior.

DO PARECER

Ante ao exposto, o Projeto de Lei nº 009/2024 é constitucional, cumprindo as normas legais, assim exarando parecer pela sua aprovação com emendas. Esta Comissão Permanente devolve à Mesa Diretora, o Projeto de Lei em pauta, para que seja colocado em votação.

Vereador Henrique Mauricio Pereira Dias

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Vereador Juvenal Fernandes Oliveira Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

Vereador Francisco Dias de Oliveira Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

APROVADO EM

from D

1º turno

APROVADO EM

EM 26/12/2021

Assinatura

APROVADO EM

2º turno



Parecer Jurídico

Referência: Projeto de Lei nº 009/2024 Autoria: Pref. Élio Dionizio de Santana

Ementa: Dispõe sobre as Diretrizes Gerais para elaboração da Lei

Orçamentária de 2025 e dá outras providências.

DO RELATÓRIO

Foi encaminhado a Assessoria Jurídica desta Casa, para emissão de parecer, sobre o Projeto de Lei nº 009/2024, de autoria do Chefe do Executivo, que tem como objetivo: Dispõe sobre as Diretrizes Gerais para elaboração da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

DA ANÁLISE JURÍDICA

No que concerne o aspecto da materialidade do projeto de lei, a proposta apresentada pelo Executivo Municipal possui validade por se tratar de ato que está dentro de previsão legal como uma das atribuições da administração do Município.

Como ensina o Prof. CANOTILHO, a análise do aspecto formal de uma norma incide "[s]obre o acto normativo enquanto tal, independentemente do seu conteúdo e tendo em conta apenas a forma da sua exteriorização". Isso significa que, sob o prisma formal, deve-se avaliar os pressupostos da proposição, especialmente a adequação de sua forma e produção, apontando, por exemplo, eventuais vícios de competência, iniciativa ou procedimento.

Os princípios da Administração Pública estão numerados no art. 37 da Constituição Federal. Estes princípios são a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, e a eficiência.

Cumpre salientar que o projeto está em conformidade com todos os princípios do artigo 37 da Constituição Federal. Notadamente os valores trazidos obedecem ao princípio constitucional da Razoabilidade que devem pautar qualquer ato administrativo.

DA CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e técnica, depois de observadas as recomendações previstas neste parecer, em atenção aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência **OPINAMOS** pela aprovação do presente processo.

Chapada da Natividade, 26 de dezembro de 2024.

Kleber Alves de Carvalho ADVOGADO OAB-TO 5172

ple